

HABEAS CORPUS Nº 488.104 - DF (2019/0001718-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MARIAH BESERRA BARBALHO
ADVOGADO : MARIAH BESERRA BARBALHO - DF052452
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : WILLIAM CESAR LEITE COSTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de WILLIAM CESAR LEITE COSTA contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Sustenta a impetrante que seria possível a mitigação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, porquanto ausente justa causa para a decretação da prisão preventiva do paciente, eis que embasada na gravidade em abstrato do delito e em dados genéricos, insuficientes para tanto.

Aduz que, em caso de condenação, o paciente fará *jus* à regime prisional menos gravoso, pelo que seria desproporcional a constrição antecipada.

Pondera, ainda, que o acusado é primário, sem antecedentes, tem família constituída, residência fixa, condições que lhe autorizariam a responder solto à ação penal.

Defende que *"não há nos autos elementos que façam supor que o paciente, que sequer registra outros processos criminais tramitando em seu desfavor, pretendia se furtar à apuração de sua responsabilidade criminal ou influir no depoimento de testemunhas, com o objetivo de obstaculizar o decurso da instrução processual, ou seja, não se vislumbra, nesse caso, o risco que a liberdade do expoente poderia oferecer ao deslinde da instrução processual, à ordem pública, tampouco à aplicação da lei penal, ausentes, portanto, os requisitos para a decretação da prisão preventiva"* (e-STJ fls. 14-15).

Por fim, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao paciente, com aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às fls. 59-96 (e-STJ),

O Ministério Público Federal, em parecer ofertado às fls. 99-102 (e-STJ), opinou pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

A insurgência não merece prosperar.

Isso porque, das informações obtidas junto ao Tribunal de origem, o mérito do *habeas corpus* originário foi julgado.

Desse modo, conforme precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, vislumbra-se a perda do objeto do presente remédio constitucional, pois se insurge contra a decisão indeferitória da medida liminar pretendida no remédio constitucional originário, sob os argumentos que expôs, os quais, com o julgamento definitivo, restaram superados.

A propósito:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS

IMPETRADO CONTRA DECISÃO LIMINAR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. PEDIDO LIMINAR DEFERIDO PARA CONCEDER PRISÃO DOMICILIAR. MÉRITO JULGADO PELA INSTÂNCIA LOCAL. PREJUDICADO O SEGUIMENTO DESTES WRIT. NOVO ATO COATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O agravante impugna a decisão monocrática que negou seguimento a este habeas corpus, por prejudicado (perda superveniente do objeto).

2. Ordem impetrada contra decisão liminar do Tribunal local. O paciente, com condenação transitada em julgado, almejava a conversão do regime semiaberto em prisão domiciliar, com espeque no art. 318, VI, do Código de Processo Penal, bem como no art. 117, III, da Lei de Execução Penal. Por ser o único responsável por filhas menores, uma delas menor de 12 anos, o pedido liminar foi deferido por esta Relatoria, com superação ao enunciado da súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal.

3. Julgado o habeas corpus originário, ocasião em que o Tribunal local não enfrentou o mérito mas determinou a remessa dos autos ao Juízo da Execução, esta Relatoria considerou prejudicado o seguimento da presente ordem, pela perda superveniente do objeto. Diante do não enfrentamento do mérito pela instância revisora, tampouco se pode falar na possibilidade da análise, de ofício, dos pedidos iniciais, sob pena de indevida supressão de instâncias.

4. A superveniência do julgamento do habeas corpus impetrado perante o Tribunal de origem prejudica o writ aqui manejado, no qual se impugnava a decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar. Precedentes.

5. Agravo regimental conhecido e não provido.

(AgRg no HC 379.825/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 07/04/2017, grifou-se)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator